A ELITE E O MERCADO

Uma leitura da crise na elite governante de Judá, a partir do Primeiro Livro dos Macabeus

Francisco Orofino

1. Quantas vezes já assistimos a este jogo?

Sempre houve problemas e tensões no exercício do governo quando a elite se vê prensada entre as exigências do povo e as "necessidades" do mercado. Tanto hoje como ontem. Na tensão entre estes dois pólos, surgiu o Estado como um instrumento político para dirimir as questões e os conflitos envolvendo as disputas pelo controle da sociedade. Neste papel de árbitro, o Estado era encarado como um instrumento necessário para que a sociedade não entrasse num processo de autodestruição. A história mostrou que, até agora, não surgiu um governo popular absoluto que prescindisse do mercado, nem um triunfo absoluto do mercado que conseguisse deter as reivindicações populares. Mas tanto os movimentos populares quanto as elites empresariais sabem que precisam dominar o Estado para fazer valer seus direitos e seus interesses. E nesta luta já correu muito sangue.

O que estamos assistindo hoje no Brasil é um rumo político dado ao Estado unicamente a partir dos interesses do mercado. Toda a gritaria das elites empresariais brasileiras, muito bem respaldada pela grande imprensa, a respeito de um "estado mínimo" e do tão batido "custo Brasil", nada mais é do que uma política ditada pelos interesses do empresariado em retirar do povo todas as conquistas sociais conseguidas pelos trabalhadores nos últimos cinqüenta anos. Estamos constatando também os vários gritos de protesto daqueles que trabalharam defendendo os trabalhadores, mas protegidos pelo Estado. Acontece que, desde 1989, o Estado deixou de cumprir sua missão de equilibrar o jogo de interesses. É como numa partida de futebol, quando o juiz rouba descaradamente para um dos times. E justamente pelo time mais forte. A conclusão da torcida é que o time mais forte simplesmente comprou o juiz.

Os tecnocratas que nos governam não sabem equilibrar os interesses do mercado com as necessidades populares. Eles são péssimos políticos. Assim, mais uma vez no Brasil os interesses do mercado financeiro destroem as conquistas populares. Por outro lado, estamos constatando também as reações de todos aqueles que lutam para que o tesouro nacional pare de pagar os juros de uma dívida que não foi o povo que fez. Numa mobilização inédita das igrejas e dos movimentos populares, mais de seis milhões de pessoas votaram num plebiscito contra o pagamento das dívidas interna e externa. A tensão está aumentando. As últimas eleições municipais (outubro de 2000) mostraram o avanço dos partidos populares. Diante deste avanço, as elites vão reagir. Por isso mesmo, o principal político do país, o presidente do Senado, faz um discurso e inicia uma atividade para erradicar a pobreza e defender um aumento do salário mínimo. É que ele sabe que, diante da atual política econômica, a tensão tende a aumentar. E o que a elite mais teme é a ruptura do tecido social. Todo patrão morre de medo de que alguém venha matar sua galinha dos ovos de ouro.

Para a elite ficará sempre este desafio: como evitar que o povo entre na sala e queira participar de uma festa tão bem preparada para deleite de uns poucos?

2. O Primeiro Livro dos Macabeus

Um texto que ajuda a iluminar este momento por que estamos passando é o capítulo 1 do Primeiro Livro dos Macabeus. Encontramos neste livro a memória de uma ruptura no tecido social, com o povo acabando com a festa da elite. Lendo o texto, percebemos logo o ponto em que a elite, ansiosa por inserir-se no cenário financeiro internacional, coloca-se a serviço do império, disputando internamente o poder, sem preocupar-se com os anseios populares. Uma elite cega aos problemas sociais pode chegar àquilo que os sociólogos chamam de "alienação social absoluta". Ou seja, um estágio de alienação tal que esta elite não consegue, ou não quer, enxergar o que está se passando com o povo. Esta alienação é caricaturada na célebre frase atribuída à rainha francesa Maria Antonieta, nas vésperas da Revolução Francesa: "Se o povo não tem pão, por que não come bolo?"

O Primeiro Livro dos Macabeus narra a luta interna pelo poder e a conseqüente ascensão de um novo grupo ao controle do estado judeu. Este grupo chegou ao poder através de uma revolta popular contra o domínio grego e contra a corrupção da elite governante, composta por uma aristocracia laica e pelos sacerdotes sadoquitas do templo de Jerusalém.

Sendo um livro redigido para enaltecer a conquista do poder pela dinastia dos hasmoneus, o Primeiro Livro dos Macabeus deve ser lido com cautela na parte em que narra a guerra civil. Afinal, seu objetivo é legitimar no comando do templo de Jerusalém uma dinastia que contrariava o sistema político-religioso definido na época de Neemias (445-420 aC). Nesta centralização, iniciada na segunda metade do IV século antes de Cristo, o controle religioso do povo através do templo voltou para a família de Sadoc. Com a revolta dos macabeus, este acordo foi rompido e uma família sacerdotal de Modin assume o controle do templo. Os hasmoneus serão os guardiães do templo até o ano de 37 aC, quando Herodes, destituindo Hircano II, entrega o cargo de sumo sacerdote a uma família sacerdotal babilônica. Os hasmoneus voltariam ainda em 35 aC com o jovem sumo sacerdote Aristóbulo, irmão de Mariamne, esposa de Herodes. No entanto, pouco tempo depois, ele foi afogado em Jericó pelos guardas de Herodes, pondo fim à dinastia hasmonéia.

Portanto, entender as questões que envolvem a ascensão dos hasmoneus significa entender os conflitos existentes pela posse do templo e sua importância dentro do jogo de forças econômicas, sociais e políticas em Judá. Por isso, temos que entender este jogo de forças a partir dos dados presentes no primeiro capítulo de 1Macabeus.

Numa primeira leitura, logo destacamos alguns dados históricos importantes. O texto começa fazendo uma rápida descrição das conquistas de Alexandre (1Mc 1,1-7).

Com sua morte prematura, estoura a guerra entre os generais de Alexandre, chamados *diádocos* (ou "sucessores"). Em sucessivas batalhas (1,8-9), estes generais buscam conquistar o poder no império recém-conquistado. Mas nenhum deles tem forças suficientes para ocupar o lugar de Alexandre. O antigo império persa se despedaça em distintos reinos helenistas. Os mais importantes para a história da Bíblia são o Egito, sob o controle do general Ptolomeu, e a Síria, sob o controle do general Seleuco. Começa então a rivalidade política entre Antioquia, na Síria, e Alexandria, no Egito.

Dando um pulo histórico de uns 140 anos (de 310 a 175 aC) o autor do livro introduz o leitor na época de Antíoco IV Epífanes (1,10). Coincidindo com a ascensão de Antíoco IV, "surgem em Israel indivíduos transgressores da Lei" (1,11). Esta expressão na Septuaginta traduz a expressão hebraica "filhos de Belial" que aparece em textos históricos como em 1Sm 2,12. Estes indivíduos fazem a seguinte proposta: "Vamos nos aliar às nações que nos cercam!" (1,11). Esta pregação "agradou a muitos", que foram a Antíoco IV pedir que lhes desse autorização para a prática de costumes gregos (1,12-14). Antíoco prontamente aceitou estes aliados. Assim, vemos que o texto aponta como o início da crise uma divisão dentro da classe dirigente de Judá.

Os primeiros passos desta nova ordem foram modificações em Jerusalém. Iniciaram a construção de um ginásio (1,14). O ginásio era o espaço da educação da juventude. O efebo grego, filho de um homem livre que pertencia ao *demos*, passava o dia inteiro no ginásio. A palavra "ginásio" vem do grego *gymnós*, que significa "nu". Os meninos judeus, ficando nus diante dos gregos, tinham vergonha da circuncisão. Assim, "refazem o seu prepúcio" (1,15). Tal gesto é visto como uma ruptura com a Aliança e um gesto de aceitação dos costumes pagãos. "Associaram-se aos pagãos, vendendo-se para fazer o mal" (1,15). Portanto, podemos constatar que existe um grupo forte em Jerusalém que busca a aliança com os gregos, inserindo-se no mundo cultural grego e rompendo com as antigas tradições judaicas. É sintomático que o primeiro gesto de ruptura deste grupo surge na área da educação da juventude.

Os problemas aumentam com as aspirações de Antíoco IV em controlar o Egito (1,16-20). O erro de Antíoco foi pensar que tinha as mãos livres para ditar a política no Antigo Oriente Médio. No entanto, desde a derrota de Antíoco III em Magnésia, que gerou o tratado de Apaméia (189-188 aC), Roma é quem de fato segura as rédeas, revelando seus interesses políticos para Síria e Egito. Roma jamais permitiria que um único reino, abrangendo Síria e Egito, se tornasse uma realidade. Assim, apesar de ter conquistado o Egito, Antíoco é obrigado a retirar-se diante das pressões romanas (169 aC). Provavelmente nesta época é que passa a interessar a Roma o surgimento de um estado-tampão entre Antioquia e Alexandria. Roma verá com muita alegria a revolta em Judá.

Frustrado, sem um retorno financeiro adequado para tão grande empreendimento, Antíoco se detém em Jerusalém e saqueia a cidade e o templo (1,21-24). A prática de saquear templos era uma necessidade para os governos macedônicos que controlavam territórios ainda estruturados dentro do antigo modo tributário. As riquezas concentravam-se nos templos e não circulavam pelo comércio, dentro do que era exigido pelo sistema econômico escravista grego. Já Antíoco III tinha encontrado a morte

quando saqueava um templo babilônico (187 aC). Desta forma os gregos tentavam fazer circular o capital e a riqueza acumulados nos templos. A expressão "tesouros ocultos" (1,23) pode referir-se aos depósitos particulares e sigilosos feitos no templo. Aqui percebemos uma ironia do texto. O grupo que defende a aproximação com os gregos acaba sendo saqueado pelos próprio aliados.

Dois anos depois (167 aC) Antíoco IV, novamente em dificuldades financeiras devido aos tributos exigidos por Roma, necessita de mais dinheiro. Esta necessidade de dinheiro é que o fará adotar a política dita "de helenização". A descrição da transformação de Jerusalém numa *pólis* grega (1,29-35) mostra como era este processo. A primeira medida era deslocar o eixo financeiro da cidade. Para quebrar o antigo sistema tributário, o templo deixa de ser o principal centro financeiro. Surge então um novo centro, a acrópole ou cidadela. Para tal transformação era necessária uma forte tropa. Assim, os novos tempos começam com a chegada do "misarca", ou seja, o chefe da tropa dos mísios. Tal destacamento consegue vencer a resistência dentro de Jerusalém, depois de ter demonstrado que vinha em paz. O misarca construiu a cidadela (*katoikia*), uma fortaleza que vai dominar militarmente Jerusalém até ser conquistada por Simão Macabeu em 141 aC. Nesta cidadela instalou-se "uma gente perversa". Lá acumularam armas, víveres e o produto do saque. Ao lado do templo surge um mercado diferente, "uma armadilha para o santuário, um maléfico adversário para Israel" (1,36). O santuário "ficou desolado como um deserto" (1,39). O centro econômico tinha mudado. O sistema grego tinha vencido. Jerusalém, cujo nome será mudado para Antioquia (2Mc 4,9), estava inserida no mercado globalizado. Ao se tornar uma *pólis*, Jerusalém deve controlar a produção agrícola através da mudança do estatuto da terra. O passo natural deste processo é a transformação das terras comunitárias e familiares em propriedades particulares nas mãos dos nobres e sacerdotes reunidos na *Gerusia*, a assembléia política da *pólis*.

Aqui percebemos o risco que a elite correu ao buscar uma inserção no mercado dominado por Antioquia. Sabemos que as mudanças ocorridas com a transformação de Jerusalém numa *pólis* implicavam também na mudança do estatuto da terra. Ou seja, as terras passavam a ser propriedade particular e não mais propriedade familiar comunitária. Esta mudança radical na relação com a terra provocou a revolta. Poderíamos perguntar se a elite de Jerusalém não esperava que uma reação deste tipo acontecesse? Ou será que a elite estava tão segura do controle religioso da população através do culto no templo? Será que pensavam que este controle fosse tão forte, que substituir Yahweh por Zeus Olímpico seria aceito por todas as famílias que perderam sua liberdade civil ao serem privadas do acesso direto à terra, transformados em diaristas ou mesmo escravos de grandes proprietários? A elite de Jerusalém estava vivendo sua "alienação social absoluta"?

Com a implantação sistemática de uma política de helenização, transformando o maior número de cidades em *pólis*, Antíoco esperava um aumento na arrecadação, através de uma maior circulação de mercadorias e dinheiro. Para atingir este objetivo, o rei busca uma uniformização cultural "ordenando que todos formassem um único povo, renunciando aos seus costumes" (1,41). Ele tenta desta maneira erradicar as tra-

dições religiosas populares contrárias ao sistema e à ideologia dos gregos. Provavelmente Antíoco buscava construir uma unidade política em seu reino. Os povos que compunham o império selêucida eram muito diferentes entre si. Neste ponto, Antíoco deveria invejar os Ptolomeus no Egito que simplesmente assumiram as tradições religiosas egípcias, quando Ptolomeu I Soter fez-se coroar faraó. Desta forma, os Ptolomeus mantiveram o controle sobre todo o Egito a partir de uma única *pólis*, Alexandria. Já os Selêucidas não conseguiram o mesmo a partir de Antioquia. A solução do problema foi criar o maior número possível de *pólis* para conseguir controlar melhor o reino. Esta unificação religiosa se fez através da implantação, em todas as *pólis* do reino, do culto ao Zeus Olímpico grego, associando-o ao Baal-Shamêm fenício. Evidentemente, tal política gerou problemas em Judá. A memória histórica do povo lembrava que o mesmo caminho já tinha sido tentado em Israel, na época de Elias, através da política centralizadora da dinastia de Amri (885-841 aC). Naquela vez não tinha dado certo. Também não daria agora!

De fato, a partir do segundo capítulo, 1Macabeus relata a reação popular aos fatos acontecidos em Jerusalém. Esta reação virá das famílias sacerdotais do interior. Matatias[1] reúne seus familiares em Modin (1Mc 2,1-5.16) e inicia a resistência. Outros grupos se associam aos familiares de Matatias (1Mc 2,42). Estoura então a guerra, comandada por Judas Macabeu (1Mc 3,1). Dentro desta luta contra a elite sacerdotal de Jerusalém, o povo significativamente faz uma assembléia no antigo santuário tribal de Masfa (1Mc 3,46).

3. O problema da reorganização do judaísmo – Da época persa até a revolta dos Macabeus

Estes episódios narrados em 1Macabeus trazem alguns dados que nos surpreendem. Em primeiro lugar sempre pensamos que em Judá havia unicamente sacerdotes em Jerusalém, servindo no templo dedicado a Yahweh. A narrativa, no entanto, mostra que havia muitas famílias sacerdotais vivendo nas aldeias do interior, mantendo suas tradições e suas devoções. É importante frisar que, apesar de todas as insinuações presentes no texto bíblico, a família sacerdotal sadoquita, ainda que fortemente amparada numa teologia centralizadora, nunca teve uma hegemonia absoluta na vida religiosa do povo. Apesar de tentar destruir os santuários tribais na reforma de Josias (2Rs 23,5-9), os sadoquitas nunca conseguiram exterminar as famílias sacerdotais que lhes faziam oposição.

O texto bíblico mostra que o exílio na Babilônia foi uma tragédia. E de fato foi um desastre que quase termina com a história do povo. No entanto, o texto bíblico mostra também que o exílio da classe dirigente foi, na verdade, uma bênção para muitas famílias em Judá. Os babilônios castigam Jerusalém, transferindo a sede do governo provincial para o antigo santuário tribal de Masfa (2Rs 25,12.22-26). Lá nomeiam

1. Apesar de o texto de 1Mc 2,1 afirmar que Matatias estava em Jerusalém e "veio para Modin", ele provavelmente é um sacerdote de uma família sacerdotal do interior de Judá. Cf. Sandro GALLAZZI e Francisco RUBEAUX. *Primeiro Livro dos Macabeus – Autocrítica de um guerrilheiro*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1993, 67, nota 1.

um governador, Godolias, que não pertence à família real davídica. O profeta Jeremias também vai para Masfa (Jr 40,5). Parecia um novo começo para aqueles que o texto bíblico chama de "os pobres da terra".

Mas temos que tomar cuidado com esta definição. Ela também pode ter um sentido pejorativo. Ao chamar os remanescentes de "pobres da terra", o texto está querendo insinuar que os ricos, os nobres, enfim os verdadeiros proprietários das terras, ou foram mortos ou foram para o exílio. De fato vemos por uma passagem de Ezequiel (Ez 11,15-16) que os exilados na Babilônia temem que os remanescentes fiquem com suas terras, já que o povo que permaneceu em Judá sente-se agora dono da terra. Falando pelos exilados, o profeta Ezequiel condena esta atitude.

Percebemos também que este grupo dirigente em Masfa encontra oposição de nobres pertencentes à dinastia davídica (2Rs 25,25). Estes nobres assassinarão Godolias em Masfa (Jr 40,13–41,3). Assim, pelas indicações presentes no texto bíblico, percebemos que a reforma de Josias nunca foi uma unanimidade em Judá e que a nova administração babilônica entregou a liderança política da agora província de Judá a um grupo que se opunha aos davididas e aos sadoquitas em Jerusalém.

Fazemos uma leitura errônea quando afirmamos que os babilônios anexaram Judá à antiga província assíria de Samerina (Samaria). Nada no texto bíblico faz pensar nesta possibilidade. Ao contrário, fica bastante claro no texto bíblico que Judá manteve sua identidade política como uma província dentro do império neobabilônico. O que houve, e bem confirmado pelo texto bíblico, foi uma mudança no centro administrativo. O governo de Judá passou a ser exercido a partir do santuário de Masfa. Jerusalém é reduzida a um centro secundário dentro da província.

Ao que parece, Masfa continuou sendo a sede administrativa de Judá por todo o período babilônico e parte da Época Persa. Na descrição da província de Judá em Ne 3,1-32 sabemos que ela tinha cinco distritos, conforme a origem dos trabalhadores que vieram reconstruir os muros de Jerusalém. O primeiro distrito mencionado é Masfa (Ne 3,7.15.19). Depois é que são mencionados os outros distritos: Jerusalém (Ne 3,9.12), Ain-Karen (Ne 3,14), Bet-Sur (Ne 3,16) e Qeilah (Ne 3,17). Provavelmente já na época de governo de Neemias foi criado, ou anexado, o distrito de Jericó (Ne 3,22).

Neste mesmo texto, logo que Masfa é mencionada pela primeira vez (Ne 3,7), a passagem traz a informação que a "sede do governador" (*kisse' pehat*), vínculo legal com a satrapia Transeufratena, é Masfa. Estes dados nos permitem desconfiar que Judá foi administrado a partir de Masfa desde o governo de Godolias (586-582 aC) até o primeiro governo de Neemias (445-432 aC). Tempo suficiente para Masfa se tornar um centro de oposição à política centralizadora de Neemias, que levou o poder de volta para a velha capital davídica. A reação à centralização em Jerusalém foi bastante dura. Provavelmente foi de Jerusalém que saiu a rigorosa legislação contrária ao "povo da terra" (Ne 10,31-32), já que esta legislação está junto com as normas do culto no templo de Jerusalém (Ne 10,33-40). Esta legislação impede o casamento entre retornados e remanescentes (Ne 10,31) e o comércio entre capital e "povo da terra" em dia de sábado (Ne 10,32a).

Assim, estes dados também nos permitem desconfiar das descrições presentes no texto bíblico onde Judá, durante o período neobabilônico, era uma terra arrasada, habitada pelos "pobres da terra". Estas imagens são muito bem trabalhadas pelos livros de Jeremias (42-45), 2Crônicas (2Cr 36,17-20) e Esdras-Neemias. A impressão que temos é que os judaítas que não morreram pelas mãos dos invasores foram removidos de suas terras e levados cativos para a Babilônia. Judá permaneceu despovoado e inculto, vivendo seus anos de sábado (2Cr 36,21). Enquanto houve exílio, a terra não foi cultivada. Estava vazia e nada produzia, porque seus donos ou estavam mortos ou estavam no exílio!

Ora, os livros bíblicos também trazem inúmeras informações sobre os remanescentes: aquelas famílias (a maioria!) que permaneceram na terra, trabalhando nela e sendo chamados de "pobres do povo da terra" (2Rs 24,14; 25,12). Este povo não teria razão nenhuma para aceitar a liderança política dos que retornaram para Judá dentro dos planos geopolíticos do império persa, restabelecendo a hegemonia sacerdotal sadoquita a partir do templo de Jerusalém.

Escrito na perspectiva dos retornados, o livro Esdras-Neemias é o único livro na literatura bíblica e rabínica onde a expressão "povo da terra" é sinônimo de *pagão* e de *samaritano* (Esd 3,3; 4,2). Neste livro, os retornados, a *golah*, voltam para um espaço vazio e desabitado, ocupado por pagãos e estrangeiros. Em Esd 2,1 se diz que "cada qual voltou para sua cidade". Nada é dito sobre os que já moravam nestas cidades! Nada se fala sobre as questões envolvendo os proprietários ou as terras dos remanescentes! É um silêncio eloqüente!

Se a terra estava vazia, o livro Esdras-Neemias sugere que o vazio foi ocupado pelos "povos trazidos desde os tempos de Asaradon, rei da Assíria" (Esd 4,2). Assim, "povo da terra" significa "samaritano". Para os retornados, qualquer remanescente é um estrangeiro ou um adversário a ser combatido. Os "judeus" verdadeiros são os que retornam (Ne 2,16; 4,6). Assim, é significativo que, em 1Macabeus, é um "judeu" que sobe ao altar em Modin para apresentar suas oferendas segundo o novo ritual e é morto por Matatias (1Mc 2,23). Evidentemente temos que entender aqui "judeu" como um habitante da *ethné* Judá. Mas fica a sugestão que as diferenças entre os dois grupos, retornados e remanescentes, continuaram durante a Época Grega.

Mas refazer este conflito interno de Judá entre o governo de Neemias e as informações contidas em 1Macabeus é muito difícil. Não temos nenhuma informação histórica segura no texto bíblico entre o período de governo de Neemias (considerando seu segundo mandato entre 425-420 aC) e a descrição do governo de Antíoco IV Epífanes (175-164 aC). Temos apenas documentos extrabíblicos, como as cartas de Elefantina. Estas cartas mostram que o governo de Judá ficou nas mãos do clã de Neemias até o começo do século IV aC. A reforma administrativa de Ptolomeu II Filadelfo (283-246 aC) transformou Judá numa *ethné*, com a junção do poder civil e religioso nas mãos do sumo sacerdote. Este acúmulo de poder nas mãos de uma pessoa levou à derrocada da dinastia sadoquita. A família dos Tobíadas, importante liderança em Judá antes da centralização de Neemias, continuou politicamente forte, atuando na

Transjordânia depois que Neemias conseguiu expulsá-la definitivamente de Jerusalém (Ne 13,4-9). As informações que temos mostram que esta família viu crescer seu poder durante a época dos Ptolomeus.

A literatura desta época, no entanto, é muito rica. Os livros históricos deste período (1 e 2Crônicas; Esdras-Neemias) recebem sua redação definitiva. Também podemos aceitar que o Pentateuco ficou pronto. A literatura sapiencial se desenvolve. Mas também percebemos contribuições da "oposição". Deste período, que vai da centralização de Neemias até a revolta dos Macabeus, podemos datar livros como o III Isaías (Is 56–66), Jó, Rute, Jonas, Is 24–27, Joel, e o Dêutero-Zacarias (Zc 9–14). São livros que não bebem da mesma fonte centralizadora de Jerusalém. Livros antagônicos nos levam a pensar em centros antagônicos, em santuários antagônicos, em teologias antagônicas. O grupo de resistência a Jerusalém é forte o suficiente para preservar e difundir sua proposta em livros que foram preservados na Bíblia. Este grupo continuará forte o suficiente para chefiar a revolta contra a dinastia sadoquita e derrotar as tropas gregas. Mas não é forte o bastante para uma implantação de seu projeto histórico.

4. Uma vitória incompleta

A revolta dos Macabeus contra os sadoquitas já foi bem estudada entre nós. Podemos resumir o quadro histórico da revolta dos Macabeus como uma possibilidade pela junção de três fatores.

Em primeiro lugar, o império macedônico dos selêucidas não formava uma unidade. Era uma reunião de povos e de cidades sem qualquer vínculo histórico. Portanto, era um estado imperial apresentando um alto fator de desagregação. Os selêucidas tinham que controlar as cidades fenícias, a Palestina, a Síria, a Mesopotâmia e impedir a reorganização dos persas, agora comandados pelos partos sassânidas (1Mc 14,2), cujo objetivo maior é atingir o Mediterrâneo. Este fator de desagregação do império selêucida exigia contínuos aumentos no orçamento militar e dispendiosas campanhas contra inúmeras revoltas internas.

Este alto fator de desagregação política acabou por refletir-se dentro da própria dinastia. Os vários conflitos familiares internos, na luta pelo trono, fizeram com que os selêucidas que ambicionassem o poder iniciassem qualquer conspiração atraindo para seu lado governadores ou militares descontentes. Estes, por sua vez, cobravam caro pelo apoio dado ao pretendente. Estes conflitos internos da dinastia foram muito valiosos para os próprios Macabeus (1Mc 7,1-7; 10,1-5.22-25.48.67-69; 14,1-3).

Piorando o quadro para a dinastia selêucida, Roma estava interessada em ditar os rumos políticos no Oriente Médio. Pela diplomacia ou pela força, Roma foi evitando um império único reunindo Antioquia e Alexandria. Depois, foi dando apoio diplomático e material aos Macabeus (1Mc 8; 12,1-23), criando um estado-tampão entre as duas cidades. Após liquidar todos os seus oponentes, Roma deixou claro que não necessitava mais deste estado-tampão. Foi o fim da independência de Judá. Surge a província romana da Judéia.

Os Macabeus vitoriosos tomam o caminho de Jerusalém. Assumem o poder e o templo. Mas não assumem o projeto de Masfa, o projeto de Jeremias, de Godolias, dos "pobres da terra", dos que se viram marginalizados pela centralização de Neemias. A nova elite percebeu que ganharia mais aproveitando-se das brechas existentes no império selêucida do que mantendo o povo mobilizado e conscientizado. A vitória do povo do interior não foi completa. Os hasmoneus tornaram-se uma cópia piorada dos antigos senhores.

5. Algumas conclusões

Este resumo histórico mostra que uma elite, no seu processo de busca em inserir-se no mercado mundial, cria e desenvolve políticas de alianças com os grupos internacionais hegemônicos que também querem o controle do mercado mundial. Aos poucos, lendo o relato do Primeiro Livro dos Macabeus, vimos que Judá consegue sua relativa autonomia enquanto distintas potências disputam o controle do mercado mundial. Aos poucos, vai ficando claro que apenas uma potência ocupará totalmente o espaço, eliminando sistematicamente suas rivais. Diante de uma única potência, um império globalizado, a elite dirigente dos estados dependentes não tem alternativas e sua relativa autonomia desaparece. Um império único, não tendo mais rivais, sabe que as elites dirigentes das outras nações não terão outro caminho, a não ser alinhar-se incondicionalmente com o império.

Uma análise deste tipo pode criar em nós um sentimento de impotência diante da força e do poder de um império. O que podemos diante do poder econômico e militar de uma grande potência? Talvez nesta época dos Macabeus a força do império selêucida também assustasse as pequenas aldeias do interior de Judá. Como resistir ao império que é tão forte, tão poderoso, tão assustador? A criatividade das aldeias encontrou um caminho para registrar seu protesto e sua resistência. Começam a surgir escritos que hoje classificamos como "apocalípticos". Estes livros mostram que o povo, mesmo quando traído por sua elite dirigente, continuará resistindo aos impérios travestidos de bestas violentas indescritíveis (Dn 7; Ap 13).

Uma análise da realidade ajudará sempre, na medida em que permite que planejemos e trabalhemos com os pés na realidade. Caminhamos animados por utopias, mas com os pés no chão. Permite também perceber as forças e as fraquezas de um império. Os livros apocalípticos também descrevem que os gigantes vistosos têm pés de barro. Entre nós, as ONGs, utilizando-se das técnicas produzidas pelo próprio império, já conseguiram abortar duas reuniões importantes dos mecanismos globais de dominação. Em Seattle, em Praga ou em Nice, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial ou mesmo a União Européia tiveram que bater em retirada. São sinais que nos permitem respirar.

Temos que reconhecer e dizer que o mercado é poderoso, é violento, é assassino. Mata os orçamentos sociais e os recursos voltados para o bem-estar do povo. Corrompe a elite política e jurídica de um país. Bombardeia militarmente e estrangula economicamente os que não rezam pela sua cartilha. Mas também temos que dizer que o

mercado não pode tudo! Não pode deter os grupos que, conscientizados e articulados, insistem em afirmar que o rei está nu! Temos que nos exercitar nas pequenas coisas que realçam nossa convicção. Assim, podemos boicotar produtos, fazer círculos bíblicos na hora dos programas de maior audiência, participar de atos públicos contrários ao pensamento único, votar nos partidos populares, aumentar as redes de cooperativas e de produção artesanal, articular e divulgar notícias de resistência, incentivar os diferentes grupos, como sindicatos, terceira idade, juventude, mulheres, negros indígenas etc. Existem muitos sinais de luz que continuam a animar a caminhada.

Bibliografia

PAUL, A., *O Judaísmo Tardio – História política*. Paulus, 1983.

DONNER, H., *História de Israel e dos povos vizinhos*. Volume II. Sinodal-Vozes, 1997, 472-526.

GALLAZZI, S. & RUBEAUX, F., *Primeiro Livro dos Macabeus – Autocrítica de um guerrilheiro*. Sinodal-Vozes, 1993.

GOODMAN, M., *A Classe Dirigente da Judéia – As origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 dC*. Imago, 1994.

KIPPENBERG, H.G., *Religião e formação de classe na Antiga Judéia*. Paulus, 1988.

BLENKINSOPP, J., The Judaean Priesthood during the Neo-Babylonian and Achaemenid Periods: A Hypothetical Reconstruction. *CBQ* LX (1998) 25-43.

SILVA, Aírton J., Os instrumentos da helenização. *Estudos Bíblicos* 61 (1999) 23-37.

Francisco Orofino
Av. Mal. Castelo Branco 313/12
26525-120 Nilópolis, RJ

691/03
BIBLIOTECA
Frei Capuchinhos